



**CÂMARA MUNICIPAL**  
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE TAUÁ  
O poder unido é mais forte

ESTADO DO CEARÁ  
**CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO**

Período: *1º Quadrimestre de 2012 (Jan/Abr)*  
Relatório: *Relatório de Gestão Fiscal*  
Data da Publicação: *17 de Maio de 2012*  
Local: *Câmara Municipal de Tauá*

Certifico que o Relatório de Gestão Fiscal do Semestre supracitado, de acordo com a Lei Complementar N.º 101/2000, foi afixado no Flanelógrafo desta Câmara e no sitio da internet [www.camarataua.ce.gov.br](http://www.camarataua.ce.gov.br), conforme estabelece a legislação vigorante, Art. 28 Inciso X da Constituição Estadual e Acórdão do STJ - AC, Unân. da 1ª T PUL. N.º DJ de 25/04/1994, Pag. 9208 - Rec. Esp. 41.867-4, Relator Ministro Demócrito Reinaldo - Advs. Resato Donadio Munhoz e Pedro Orestes Serondo.

Câmara Municipal de Tauá, em 17 de Maio de 2012.

  
Audic Cavalcante Mota Dias  
Presidente da Câmara

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ  
 LEGISLATIVO MUNICIPAL  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS  (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Pessoal Ativo Pessoal Inativo e Pensionistas Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.306.357,35	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial Despesas de Exercícios Anteriores Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.306.357,35	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	78.169.335,92
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,67
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <6%>	4.690.160,16
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,3<6%>	4.142.974,80

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**Câmara Municipal**  
 Presidente de Câmara

**CONTROLE INTERNO**

**CONTABILIS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE S/S**  
 CNPJ: 07.815.007/0001-00  
 CRE-CE 721/0-0